

A RELAÇÃO DOS JOVENS COM AS DROGAS EM UMA COMUNIDADE LAGUNAR

Autor: Lívia Teixeira Canuto (UFAL)

Co-autores:

Adélia Augusta Souto de Oliveira (UFAL)

Alcimar Enéas Rocha Trancoso (UFAL)

Camila Teixeira Lima (UFAL)

Danillo Roberto Teodozio Costa Pinto (UFAL)

Niédja Silva Duarte (UFAL)

Alisson Tiago Gonçalves Vieira (UFAL)

Analisa a relação dos jovens e as drogas em uma comunidade a partir de uma experiência de extensão universitária. Utiliza como método a pesquisa-ação. Participaram do projeto, discentes de graduação e pós-graduação em Psicologia e técnicos de uma Organização Não-Governamental que atua na comunidade. As atividades semanais ocorreram no período de outubro e dezembro de 2011 com 17 jovens de 12 a 18 anos. As reflexões sobre as drogas se evidenciaram em duas das oficinas desenvolvidas, cujas temáticas foram: o pertencimento dos jovens à comunidade; e a violência. A primeira utilizou a produção de um cartaz dos lugares que mais frequentavam na comunidade, enquanto que a segunda, a exibição do curta metragem “Deixa voar” do diretor Cacá Diegues. A história deste curta metragem foi pensada por moradores de uma comunidade do Rio de Janeiro, e aborda a rivalidade entre comunidades, violência e amizade. Ao concluírem a produção dos cartazes em pequenos grupos, os jovens apresentaram aos demais integrantes da atividade. Após a exibição do filme, os jovens foram solicitados a fazer comentários, o que possibilitou um debate acerca dos temas abordados e também um enfoque sobre a educação, uso de drogas e perspectivas de futuro. A temática da violência se evidenciou nas informações da equipe de educadores e dos jovens durante o período da intervenção. As reações juvenis diante da realidade de violência relatadas estiveram pautadas por duas posturas: aceitação, gerando certa apologia ao crime, como o gosto pela aventura e adrenalina; e a fuga da comunidade. Foi unânime a configuração de que a violência está ligada ao uso e tráfico de drogas. A primeira postura esteve sustentada pelo argumento de que os considerados “marginais” são respeitados pela comunidade, usar drogas emagrece e da prisão ser um bom lugar por ter horários para lazer e boa alimentação. Quanto à segunda, foi permeada por uma visão crítica da realidade que vivenciam, falando da falta de políticas públicas eficientes e da corrupção das autoridades policiais. O enfrentamento a essas situações geram potencialidades e impasses: planejam um futuro vinculado à profissão do tipo “policiais justos, podendo contribuir com a comunidade”, ao mesmo tempo em que admitem um futuro quase inexorável onde os ditos “marginais” assumem completamente a autoridade no lugar onde vivem. A acomodação ficou evidenciada na crença do inevitável “ciclo do crime”. A participação nas oficinas foi importante para esses jovens sintetizarem o que pensam a respeito desse contexto onde se encontram. Vimos assim que, para os jovens, a comunidade se configura como um local violento e as drogas fazem parte de seu cotidiano, em especial no contexto escolar; há uma incredulidade na mudança da comunidade, seja em seus aspectos físicos, sócio-econômicos e culturais. As oficinas permitiram a expressão dos jovens sobre a sua realidade, bem como possibilitaram uma reflexão acerca do papel deste na mudança ou permanência desta realidade.

Palavras-chave: Jovens; Comunidade; Drogas.

Introdução:

Este trabalho analisa a relação de jovens em situação de vulnerabilidade psicossocial residentes de uma comunidade da orla lagunar da cidade de Maceió com as drogas, a partir das atividades desenvolvidas em um projeto de extensão universitária que utiliza como método de intervenção a pesquisa-ação.

Na primeira parte, este trabalho apresenta uma discussão sobre a territorialização exercida pelo tráfico de drogas, conceito de juventude e o papel do tráfico, da instituição escolar e do sistema prisional na relação que se estabelece com os jovens. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nas atividades de extensão, baseada no escopo da pesquisa ação, que serviu como base para a condução do trabalho. Por fim, as reflexões a partir da análise de conteúdo do registro de diário de campo de pesquisadores acerca das atividades desenvolvidas com jovens em uma Orla Lagunar sobre os temas “violência” e “uso de drogas”, escolhidos pelos mesmos durante o projeto de extensão.

Jovens, territorialidade e tráfico

A relação sociedade-espço, segundo Giménez (2000 *apud* RODRIGUES *et al.*, 2011), se expressa na concepção de território, sendo possível abordá-lo na perspectiva funcional e simbólica. “No caráter simbólico, o território é visto como espaço de sedimentação simbólico-cultural, objeto de investimento afetivo ou suporte de identidades individuais e coletivas (GIMÉNEZ, 2000 *apud* RODRIGUES *et al.*, 2011, p.418)”. Há várias formas de afirmar um poder ou reforçar uma dominação dentro do corpo social (LAZZARIN, 2011; RODRIGUES *et al.*, 2011), o tráfico, por exemplo, efetiva sua dominação por meio da territorialização¹.

O tráfico de drogas é uma atividade que se organiza e se efetiva por grupos armados territorializados, que legitimam, para quem desrespeitar suas regras, o uso da força e coação (SILVA *et al.*, 2008 *apud* RODRIGUES *et al.*, 2011). Para os moradores são impostos uma circulação restrita a partes da cidade, de forma total ou parcial, pelo poder da facção e pelo medo, somados às disputas com facções rivais (LEITE & OLIVEIRA, 2005; FERNANDES, 2009 *apud* RODRIGUES, 2011). As fronteiras territoriais são delimitadas de acordo com a

1 “A territorialização de áreas pelo tráfico envolve processos de apropriação e controle inscritos num campo de poder (físico e simbólico), além de laços de identidade com a facção que tenta, de alguma forma, homogeneizar e demarcar o território com uma fronteira definidora de alteridade.” (RODRIGUES *et al.*, 2011, p.418-419).

localização dos pontos de venda de drogas e não tem necessariamente marcações materiais, porém sua existência é real (RAFFESTIN, 1993 *apud* RODRIGUES, 2011) e são alvos constantes de trocas de tiro, em especial quando outras facções tentam invadir seu território, o que justifica a concentração de membros do grupo próximos às fronteiras².

Ao se integrar em grupos sociais, os indivíduos assumem identidades coletivas (ANDRADE, 1998 *apud* RODRIGUES, 2011). Para os jovens que moram em comunidades gerenciadas pelo tráfico, parece ocorrer o desenvolvimento de pertencimento aos valores e práticas ligadas ao tráfico, sem que isso signifique assumir a identidade territorial da facção. A convivência com o tráfico exige estratégias para lidar com a situação, dentre elas o cumprimento de determinadas regras de conduta, o que pode ser entendido como convivência às atividades do tráfico (RODRIGUES, 2011). Na verdade, a violência e o temor provocados pelo tráfico geram constante tensão nos moradores que não aderem a esta atividade (BROIDE, 2010), porém esta realidade reflete de maneira contraditória na comunidade, pois ao mesmo tempo em que os moradores são vistos como bandidos, reconhecem manifestações de respeito por serem associados à determinada facção. Um tipo perverso de reconhecimento (RODRIGUES, 2011)³.

De acordo Foucault (2002, *apud* LAZZARIN, 2011), para apreender as formas de poder exercidas na comunidade é necessário primeiro analisar as estruturas onde efetivamente o poder se faz sentir, pois é ali que as regras que o organizam e delimitam, consolidam-se em práticas violentas de intervenção material efetiva. Segundo, observar o ponto de intersecção entre o poder e seu alvo, onde colhe resultados efetivos, buscando o entendimento de como se constitui a subjetividade de submissão dos “súditos”. Terceiro, considerar o Poder como um fenômeno que se constrói em cadeia e não de dominação de um grupo sobre outro. “O

2 “A territorialização é também uma estratégia de autoproteção que se exerce com a contenção, restrição e exclusão de pessoas em determinados espaços. Assim, os traficantes tentam se prevenir quanto à passagem de informações sobre os pontos de venda e a estrutura interna a facções rivais. Desse modo, os recortes espaciais flexíveis e dinâmicos (porque mudam de acordo com as invasões e tomadas de poder de uma facção sobre a outra) acabam produzindo determinados sentidos sobre as fronteiras do tráfico (amplamente compartilhadas pelos moradores locais).” (RODRIGUES, 2011, p. 420).

3 “a vivência no território cria práticas e novas relações com os espaços, que se renovam a cada dia com base na própria instabilidade nos domínios de território pelas facções. Os termos nos quais serão formulados essa experiência de vida de cada grupo ou pessoa emergem de um estoque comum de saberes que dão forma e conteúdo a essa experiência. A experiência social abordada por Jodelet (2005) comporta duas dimensões: uma da ordem da implicação psicológica do sujeito, que contém o peso e a coloração afetivos do vivido, e outra, uma dimensão cognitiva, quando favorece uma experimentação do mundo e contribui para a construção da realidade socialmente dada.” (RODRIGUES, 2011, p.423).

indivíduo se constitui como um efeito do poder, ao mesmo tempo em que lhe serve de intermediário, de veículo por meio do qual transita” (p. 159). Quarto, deve-se fazer uma análise ascendente do poder, ou seja, analisar cada mecanismo mínimo deste, sua história, táticas e técnicas próprias e depois, perceber “como esses poderes infinitesimais são absorvidos pelos mecanismos mais gerais do centro, e por eles estendidos, deslocados, modificados” (p. 159). E, enfim, atentar que “esses mecanismos, essas técnicas de vigilância e de controle, de punição e de premiação, surgiram a partir de saberes que se formam, acumulam-se na base, no ponto em que o poder efetivamente se exerce” (p. 159).

Considerando que dentre os moradores da comunidade são principalmente os jovens que sentem o desejo de pertencimento a algo que expresse poder, e nutrem um tipo de admiração e identificação com a facção (VALLADARES, 2000 *apud* RODRIGUES, 2011), fez-se necessário conceituar a juventude e abordar questões em torno de suas vivências nessa configuração territorial, visto também que foi esta a população alvo da intervenção.

A juventude está permanentemente se construindo e se reconstruindo historicamente de acordo com parâmetros culturais, sociais, políticos e econômicos, não havendo por isso uma definição única (ALPÍZAR & BERNAL, 2003). Concordando com esta posição, Dayrell (2003) atenta para a conceituação de juventudes, expressa no plural, que participam de experiências em seu contexto e são influenciadas por ele de forma mais intensa nesse período da vida, e possuindo por isso “uma força potencial de transformação da sociedade” (MANNHEIM, 1961 *apud* GROPPPO, 2000).

Quando inseridos num contexto de vulnerabilidade psicossocial, delimitado por indivíduos ou grupos frágeis política ou juridicamente, na garantia e proteção de seus direitos de cidadania (AYRES, 2003 *apud* LEGNAGHI *et al.*, 2011), as instituições pouco podem fazer se não estiverem acompanhadas de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que permitam que esses jovens se coloquem como sujeitos e cidadãos (DAYRELL, 2003).

A escola, por exemplo, muitas vezes não representa um conhecimento que opere em seu mundo, se mostrando indiferente às diferenças dos grupos juvenis e participando da invisibilidade desses sujeitos (BERTOJA, 2012). Na mesma direção são as observações de Martins (1997 *apud* DAYRELL, 2003)⁴.

4 “As experiências escolares desses jovens deixam claro que a instituição se coloca distante dos interesses e necessidades dos mesmos, não conseguindo entender nem responder às demandas que lhe são colocadas, pouco contribuindo para a construção desses jovens como sujeitos. Esses jovens expressam um contexto de uma nova desigualdade social, em uma sociedade que lhes apresenta

Quando há oferta de trabalho para os jovens, este produz um salário insuficiente, levando a uma realidade de instabilidades e incertezas (BROIDE, 2010; BERTOJA, 2012), tornando ainda mais evidente a injustiça social que sofrem, o que reflete em suas vivências na instituição escolar em forma de desavenças.

Já o tráfico de drogas, é talvez a empresa que gera a maior mais-valia e apesar da rigidez e das punições severas, reconhece o saber e o trabalho dos adolescentes quando bem feito, além de proporcionar maior ganho de dinheiro, adrenalina e saída da invisibilidade, o que traz consigo o acesso a produtos de consumo, desejados e emblemáticos na sociedade contemporânea que significam o acesso à sexualidade, ao status, ao respeito dos pares e ainda apreendem o jovem numa potência imaginária, da qual são almeçadas por eles (BROIDE, 2010).

Segundo a teoria funcionalista de Merton (FANDIÑO, 2009 *apud* BASEGIO, 2009) tanto os comportamentos desviantes, quanto os comportamentos conformistas se originam e derivam da estrutura social e cultural, pois esta estrutura gera uma pressão sobre pessoas localizadas em várias situações favorecendo tais comportamentos. Seu conceito de *privação relativa dos meios* contribuiu para a superação do entendimento a respeito da relação entre pobreza e criminalidade, pois este indica que, independente da classe social, é a percepção da privação de bens culturais normativos do seu estrato social que motiva o indivíduo a agir de maneiras adaptativas, entre as quais os desvios de conduta legal.

Podemos considerar, no entanto, que em uma perspectiva dialética onde essas metas culturais, e outras questões que influenciam os alvos estabelecidos pelas pessoas, não são definidas a partir de um estrato social específico, mas de grupos sociais mais amplos e heterogêneos, e onde as pessoas se relacionam de forma ativa com esses processos, considerando que as pessoas interagem com, reagem a, e significam processos sociais.

Assim, o processo de aprendizagem do comportamento criminoso é dado através das interações sociais de uma subcultura delinquente, onde aqueles que participam estão expostos a conceitos favoráveis a ilegalidade (BASEGIO, 2009).

A mídia nacional frequentemente mostra policiais cometendo desvios e abusos, fortalecendo os instrumentos de controle social de nossa cultura, que apesar de ineficiente, continuam empregando o uso da coerção pela força física em transgressores da ordem vigente, demonstrando que ainda não há um modelo adequado de controle social (LESSA,

apenas perspectivas frágeis e insuficientes de inclusão.” (MARTINS, 1997 *apud* DAYRELL, 2003, p. 9).

2010). Somado a isto, existe uma ideia consolidada sobre o endurecimento das penas e leis. O sistema penitenciário, por exemplo, cuja função deveria ser de reeducar o delinquente e depois reinseri-lo na sociedade, tornou-se uma instituição formadora de criminosos profissionais, além de proporcionar associação entre quadrilhas (BASEGIO, 2009).

Segundo Goffman (1961 *apud* COELHO, 2009), o aprisionamento provoca o “desculturamento” temporário do indivíduo. Ao reaver sua liberdade, ele estará sujeito a uma paralisação diante das situações que poderá se tornar permanente, por ser alvo de marginalização e discriminação. Para Becker (2008 *apud* BASEGIO, 2009) o desvio é uma construção social na qual o indivíduo teve sua rotulação aplicada com sucesso. E se este comete um primeiro crime circunstancialmente, e por ser mais uma vez rotulado e afastado, pode entender que a carreira criminosa é a única alternativa de sobrevivência. Dessa forma, a prisão mantém e favorece a volta ao grupo envolvido com o crime e a perpetuação da sua inserção alienada na sociedade (COELHO, 2009).

Esses apontamentos iniciais auxiliam na compreensão do jovem e de seu contexto desfavorável a experiências potencializadoras. A proposta da pesquisa-ação busca assim qualificá-las por meio da reflexão com o grupo.

Método

A pesquisa-ação prevê que a práxis social, no contexto em que o grupo está inserido, possibilita a construção e ressignificação do conhecimento produzido na relação dialética entre grupo pesquisado e pesquisador³⁴ (KOERICH *et al.*, 2009). É de fundamental importância a mobilidade de procedimentos que podem ser utilizados nas atividades, adaptando-se as demandas provisórias do grupo. Para isto, a metodologia deve ter planejamento, ação, avaliação, reflexão, pesquisa e ressignificação realizada de forma cíclica³⁵ (TRIPP, 2005).

O instrumento privilegiado para o registro das atividades foi o diário de campo, que permite a coleta de dados e registro coletivo dos pesquisadores, entendido como compartilhamento dialético, o que permite a contextualização do material empírico e reflexão permitindo a produção de novos conhecimentos científicos³⁶ (KOERICH *et al.*, 2009).

Participaram do projeto, oito discentes de graduação vinculados à disciplina de Estágio Básico I e uma estudante de conclusão de curso, um mestrando em Psicologia vinculado ao Estágio Docência, sob a coordenação de uma professora da universidade e 17 jovens, sendo

oito meninos e nove meninas, com idades entre 12 e 18 anos e três educadoras de uma Organização Não Governamental – ONG que atua em uma comunidade da orla lagunar da cidade de Maceió. O projeto ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 2011. O planejamento, as atividades de campo e as reflexões foram desenvolvidos na perspectiva da pesquisa qualitativa, a partir do modelo de pesquisa-ação que permitiu analisar os significados criados pelos participantes na relação dialética entre os jovens e os pesquisadores.

A pesquisa-ação foi realizada na sede da ONG já mencionada, que desenvolve atividades com jovens em situação de vulnerabilidade social. Foi estabelecido contato entre a equipe desta instituição e as pessoas vinculadas à universidade, no qual foi acordado a apresentação, desenvolvimento e ajuste do projeto, as temáticas de interesse dos jovens e de conhecimento da instituição. Em seguida, foram combinados os encontros semanais de grupo, abertos à participação de jovens envolvidos em uma das atividades da instituição. Nesses encontros, além dos jovens, estiveram presentes uma educadora da instituição, quatro extensionistas e a coordenadora da atividade, bolsista da extensão e concluinte de graduação em psicologia.

O grupo vinculado à universidade reuniu-se semanalmente, em contexto acadêmico, a fim de realizar atividades de reflexão a partir da leitura do relato de diário de campo dos extensionistas, produzido no local da atividade, realizado por um dos extensionistas. Em seguida era feita a avaliação e o planejamento das atividades subsequentes, a qual contava ainda com a contribuição dos demais estudantes.

As temáticas elencadas pelos jovens que subsidiaram as reflexões foram: pertencimento; amizade; sexualidade; violência; drogas; educação; afinidade; alteridade; imagem e tecnologia.

Descreve-se a seguir, mais pormenorizadamente, duas atividades em que reflexões sobre as drogas se evidenciaram, cujas temáticas foram: o pertencimento dos jovens à comunidade e a violência.

A primeira oficina teve por objetivo conhecer o grupo, o que se realizou a partir de dois exercícios. Primeiramente foi realizada uma mútua apresentação, na qual os estudantes descreveram o projeto e os jovens escolheram os temas que gostariam de discutir. O segundo momento caracterizou-se pela produção de um cartaz com um desenho dos lugares que costumam frequentar na comunidade, com o objetivo de entender o âmbito no qual estão envolvidos, discutindo assim o tema “pertencimento”, proposto pelos estudantes. Ao concluírem a produção dos cartazes em pequenos grupos, os jovens apresentaram aos demais

integrantes da atividade, e, no geral, afirmaram passar a maior parte do tempo em casa por considerarem a comunidade violenta e por considerarem a escola um lugar sem segurança e qualificação de ensino.

Na atividade “discutindo a violência”, o tema foi debatido a partir da exibição do curta-metragem “Deixa voar” que faz parte do documentário “5xfavela: agora por nós mesmos”, do cineasta Cacá Diegues, lançado em 2010. A sua história, foi pensada pelos próprios moradores de uma comunidade do Rio de Janeiro, e aborda a rivalidade entre comunidades, demonstrando relações de violência e amizade entre os moradores. Após a exibição do filme, os jovens foram solicitados a fazer comentários, possibilitando um debate acerca dos temas abordados e também um enfoque sobre a educação, uso de drogas e perspectivas de futuro. A temática se evidenciou nas informações da equipe de educadores e dos jovens durante o período da intervenção, no qual expressaram situações de violência na comunidade, uso de drogas e descrença na mudança desta situação. As reflexões realizadas a partir do registro de diário de campo, da discussão de equipe e orientação permitiram alguns resultados.

Resultados e discussão

Pode-se estabelecer uma relação entre a violência e o uso e tráfico de drogas na comunidade. Eles relatam presenciar pessoas sendo assassinadas por conta do tráfico e das ‘rixas’ entre os traficantes das comunidades, afetando diretamente a liberdade de ir e vir dos moradores da comunidade, mesmo que estes não estejam envolvidos com o tráfico. Afirmam que é

(...) ruim ir à outra comunidade mesmo ‘sem dever’ porque os traficantes poderiam achar que eles são ‘X9’ (Fragmento do 4º diário de campo).

Apesar de essa relação ser uma expressão comum entre os jovens, eles demonstraram duas posturas diferenciadas diante dessa realidade: a de aceitação e a de indignação.

A primeira postura fica evidenciada nos relatos em que destacam a popularidade e o respeito recebido pelos usuários e traficantes entre os moradores da comunidade, sendo mais aceitável e valorizado o fato de terem sido presos do que ajudados em serviços de reabilitação. Neste contexto a prisão é considerada um bom lugar, pois os presos têm horários

de lazer, adquirem mais conhecimento e boa alimentação, saindo até mais gordos, e obtendo assim, mais respeito e fama de mais perigosos.

Outra afirmação realça que alguns jovens dizem ter gosto pela aventura e adrenalina gerada pelo som dos tiros, provocando assim, certa apologia às drogas, como pode ser observado quando um dos jovens destaca “*Ele [o jovem C.] diz gostar um pouco da ‘adrenalina’ dos tiros, pois junto com os colegas aproveitam a situação para correr*”. Um outro trecho destaca que um outro jovem afirma

não é muito ruim ser preso, porque na prisão eles têm opções de atividade para fazer e que boa parte sai de lá gordo. E continua afirmando que era mais aceitável dizer que estava preso do que dizer que estava se tratando, porque quem procurava ajuda e se tratava era fraco (Fragmentos do 1º diário de campo).

A segunda postura é evidenciada em relatos mais críticos da realidade que vivenciam, onde falam da falta de políticas públicas eficientes e da corrupção das autoridades policiais, como registrado no diário de campo:

[...] ele diz que tem que mudar tudo, ela diz que deveria haver uma escola melhor com segurança (subentendeu espaço seguro); ele diz que concorda com ela, e completa que não gosta da presença de policiais porque geralmente são agressivos, autoritários e corruptos (Fragmento do 1º diário de campo).

A função da escola se constitui em uma importante reflexão dos jovens, pois a consideram como um espaço em que deveria haver práticas afirmativas de educação e cidadania, mas que é tomada pela violência, por usuários e traficantes de drogas, pela negligência por parte dos gestores e pela falta de profissionais qualificados da segurança. Os jovens afirmam que só no turno da noite, quando há policiamento o local é mais seguro. Esta questão pode ser observada no fragmento a seguir:

[...] eles disseram que [...] não gostavam da escola devido a violência presente, a falta de ordem e de uma gestão competente [...]. [O jovem C. afirmou que] eles estudam a noite, [...] pois tinha segurança policial e que a tarde o ambiente era mais hostil pois não havia tal presença e por esse motivo jovens entravam na escola para roubar e usar drogas, e, além disso a jovem C. declarou que os professores ‘esculhambavam’ os alunos e que eram raros os professores que cumpriam seu dever de educador (Fragmento do 1º diário de campo).

O enfrentamento a essas situações geram potencialidades e impasses: planejam um futuro vinculado à profissão do tipo “policial justo, podendo contribuir com a comunidade”,

ao mesmo tempo em que admitem um futuro quase inexorável onde os ditos “marginais” assumem completamente a autoridade no lugar onde vivem.

A aceitação e acomodação foram evidenciadas na crença do inevitável “ciclo do crime”. Os jovens demonstraram uma incredulidade na mudança da comunidade, seja em seus aspectos físicos, sócio-econômicos ou culturais, pois reconhecem que a mudança depende das improváveis intervenções do governo, mudanças na lei, melhora na educação e mudança de atitude dos moradores da própria comunidade.

[...] a comunidade não era diferente antes e que não iria mudar depois. [...] seria necessário acabar com as drogas e a violência, mas [...] essa situação poderia ser mudada pela intervenção do governo, que deveria aumentar a segurança da população e através da educação... a população também teria que mudar... (Fragmento do 4º diário de campo).

Os(as) jovens esclarecem em suas falas, os desdobramentos da territorialização do tráfico de drogas em suas vidas. Enfatizam as restrições de circulação às quais estão submetidos, devido às demarcações de fronteiras das comunidades rivais e ao receio dos traficantes que passem informações sobre pontos de venda de drogas e sobre a organização interna do grupo que exerce o tráfico no local. Relacionam a configuração de violência da comunidade com o inevitável convívio com usuários e traficantes de drogas, em especial no contexto escolar.

Eles reconhecem a ineficácia da estrutura de funcionamento da escola, a qual não representa um conhecimento que atue em seu mundo, evidenciando ainda o desinteresse por parte dos responsáveis e o desrespeito para com suas necessidades, e assim, participando diretamente da invisibilidade que sofrem em seu contexto social. Nota-se que ao reclamarem do descaso da prática educacional, demonstram que tem interesse nela, que desejam aprender, mas que acabam se frustrando em uma realidade onde não encontram eficiência da instituição escolar.

Os jovens destacam também o descrédito nas autoridades do Estado e a inexistência de políticas públicas de saúde, assistência social e segurança que operem efetivamente em seu meio, somado a isto, um imaginário social que pouco considera essas questões. Demonstrando assim uma incredulidade generalizada na melhoria da comunidade, em todos os seus aspectos, físicos, socioeconômicos e culturais.

O gerenciamento do tráfico de drogas na comunidade reflete de maneira contraditória nos jovens. Ao mesmo tempo em que afirmam viver em constante tensão pela violência sofrida e buscam uma fuga dessa realidade, demonstram uma aceitação a essa realidade e até

apologia ao crime ao demonstrar gosto pela adrenalina gerada pelos tiros. Os jovens destacam ainda o quanto os traficantes são referência de poder para os moradores, ao afirmarem o respeito aos que saem da prisão, por obterem mais conhecimentos sobre a criminalidade.

Assim, as oficinas permitiram a expressão dos jovens sobre a sua realidade, bem como possibilitaram uma reflexão acerca do papel destes na mudança ou permanência desta realidade.

Conclusão

O desenvolvimento da extensão universitária a partir da utilização da pesquisa-ação permitiu a articulação de diferentes saberes entre pesquisadores e jovens participantes. As reflexões proporcionadas pelos registros das atividades em diários de campo permitiram sistematizar os conhecimentos obtidos empiricamente.

As atividades proporcionaram aos jovens, a partir da atividade comunicativa, dar sentidos e significados à problemática da violência e do tráfico de drogas na comunidade e como isto é refletido em suas vidas, além de possibilitar uma reflexão que aponte mecanismos de mudança ou permanência de atitudes frente aos problemas.

A repercussão da vivência da atividade de extensão foi avaliada de forma positiva pelos estudantes, pois permitiu o desenvolvimento de habilidades relativas à postura profissional em experiência de campo. Já, no que se refere à promoção de mudanças no contexto juvenil, não sabemos até que ponto as reflexões sobre as temáticas geram transformações dos sujeitos coletivos ou não. A proposta de continuidade de atividades de extensão pode ser um instrumento de melhor avaliação desse acompanhamento.

Referências bibliográficas:

ALPÍZAR, Lydia e BERNAL, Mariana. La Construcción Social de las Juventudes. *Última Década*, N°19, CIDPA Viña Del Mar, Noviembre, 2003.

BASEGIO, L. J. A transição criminológica na RMPA entre 1991 e 2000: a sua manifestação através da análise dos apenados e dos delitos entre os municípios da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA). *Dissertação* (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BERTOJA, M. B. C. Do lado de lá dos portões – cartas e encontros: sofrimento e hostilidade de jovens contemporâneos. *Dissertação* (Mestrado em Educação). Centro Universitário La Salle. 2012.

BROIDE, J. Adolescência e Violência: Criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. *Psicologia Política*. São Paulo. v. 10. n. 19. pp. 95-106. jan. – jun. 2010.

COELHO, R.R. Democracia e aprisionamento: duas questões atravessadas pelo não encontro. Rio de Janeiro, *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira*. Educação, Rio de Janeiro, n. 24, dez. 2003.

GROPPO, L. A. **Juventude: Ensaio sobre a Sociologia e História das Juventudes Modernas**. São Paulo: Bertrand do Brasil – Grupo Editorial Record. 2000. 301 p.

KOERICH, M.S., BACKES D.S., SOUSA F.G.M., ERDMANN A.L., ALBURQUERQUE G.L. Pesquisa-ação: ferramenta metodológica para a pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica Enfermagem* [Internet]. 2009;11(3):717-23.

LAZZARIN, J. F. Vigilância e punição preventiva: o poder como meio de dominação e exclusão social. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 155-180, jul./dez. 2011.

LEGNAGHI, F., OLIVEIRA E. S. de, SANTOS, L.De B. dos. A Política de Assistência Social e o fenômeno do uso de substâncias Psicoativas: um diálogo possível. *Revista Crie*, Caxias do Sul, Ed.01, Set. 2011.

LESSA, A. Policiamento comunitário e seu papel no desenvolvimento das regiões. *Dissertação* (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau, 2010.

RODRIGUEZ, A., FERREIRA, R. S. & ARRUDA, A. Representações sociais e território nas letras de funk proibido de facção. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 414-432, dez. 2011.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.